

 $\label{eq:cnpj} CNPJ-13.~071.~253~/~0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017

Objeto: OBJETO.

Razão Social:			
CNPJ Nº.			
Endereço:			
E-mail:			
Cidade:		Estado:	
i eletone/Fax			
Pessoa para contato:			
Recebemos, nesta data, cópia	do edital da licita	ção acima identificada, com todos	os seus anexos.
_ocal: , _	, de	de 2017	
		Assinatura	
Senhor Licitante,			
	r o recibo de ent	io de Presidente Tancredo Neves rega do edital e entregar no Dep @gmail	•
A não remessa do recibo ex nstrumento convocatório, bem	•	da comunicação de eventuais luer informações adicionais.	retificações ocorridas no
Presidente Tancredo Neves, B	sA,/2017		

ANTONIO JORGE MACHADO PEREIRA

Pregoeiro



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 053/2017

I. Regência Legal

Lei federal nº 8.666/93, Lei federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.078/90, Lei Federal nº 9.472/97, Decreto Municipal nº 158, de 18/06/2013 e alterações pertinentes.

II. Órgão Interessado/ Setor Fiscalizador/Controle Social

Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Ação Social.

III. Modalidade	IV. Processo Administrativo no.
Pregão Presencial no. 053/2017	279/2017
V. Tipo de Licitação	VI. Regime de Execução

VII. Adjudicação

Menor Preço Global

VIII. Objeto

O objeto da presente licitação contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência nos locais determinado pela Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves – Bahia.

IX. Local e data para o Recebimento das Propostas, documentos relativos à habilitação e Início da abertura dos envelopes.

DATA: 22/09/2017 **HORÁRIO**: 14h00min

Local: Setor de Licitações, Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000 – Presiden-

te Tancredo Neves - BA.

X. Dotação orçamentária

A despesa decorrente da execução do serviço correrá à conta das dotações orçamentárias vigentes, especificadas no Contrato decorrente da licitação. A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento da finalidade, a ser consignada na Unidade Orçamentária, conforme Lei Orçamentária Anual.

XI. Prazo de Vigência do Contrato	XII. Capital mínimo
12 (doze) meses.	Não exigível

XIII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na Sala das Licitações, sito a Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000 – Presidente Tancredo Neves - BA, pelo email: adm.licitacaoptn@gmail.com ou pelo tel. (075) 3540-1025.

PREGOEIRO RESPONSÁVEL

ANTONIO JORGE MACHADO PEREIRA Decreto nº. 016/2017, de 02/01/2017



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

XIV. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **14.1.** Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que apresentarem os interessados credenciados, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente o objeto licitado.
- 14.2. Não poderão concorrer neste pregão as empresas:
- a) Em consórcio;
- **b)** Empresas que estejam sob falência, concordata, concurso de credores, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- c) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Direta, Indireta, da União, do Distrito Federal, dos Estados ou Municípios ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Presidente Tancredo Neves;
- d) Enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- e) Proponentes que fazem parte do mesmo grupo econômico ou financeiro, somente podem apresentar uma única proposta, sob pena de rejeição de todas as propostas apresentadas. Considera-se integrante do mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas ou representantes legais comuns, e aquelas que dependem ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- **14.3.** O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

XV. DA NECESSIDADE DE VISTORIA TÉCNICA

- 15.1. Deverá obrigatoriamente ser apresentado Atestado de visita técnica, pois pela dificuldade do acesso a alguns locais onde vão ser instalados os links a mesma devem realizar visita técnica para análise de viabilidade a cada unidade a ser instalada, sendo acompanhada pelo técnico do DTI Departamento de Tecnologia da Informação, que emitirá documento assinado comprovando a visita.
- 15.2. No período próprio para esclarecimentos e impugnações ao edital, poderá o licitante informar sobre a inviabilidade de instalação do ponto de acesso no endereço. O técnico do DTI Departamento de Tecnologia da Informação emitirá parecer, que poderá ensejar na alteração do Edital, inclusive.
- 15.2.1. Deverá ser apresentado como requisito de habilitação, a Declaração/Atestado de Visita Técnica emitida pela Prefeitura Municipal para a licitante que realizar a Visita Técnica nos locais onde serão disponibilizados os pontos de acesso à Internet, tomando conhecimento de todas as circunstâncias envolvidas na realização dos mesmos, com antecedência de 01 (um) dia útil antes da data de abertura do certame. Os interessados deverão solicitar agendamento, através do Departamento de Tecnologia da Informação, através do e-mail dti@pmptn.com.br, que designará um servidor do município para acompanhar o representante legal da empresa licitante.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- 15.3. A visita técnica deverá ser realizada pelo represente legal da empresa licitante ou responsável técnico, até um dia útil anterior à data da realização do certame, devidamente identificado e portando a documentação jurídica que lhe habilite a representar a pessoa jurídica.
- 15.4. A vistoria visa o conhecimento total das especificações e das condições para realização do serviço objeto da licitação, pois a Prefeitura Municipal não aceitará nenhuma alegação posterior.
- 15.5. Os endereços das unidades que serão vistoriadas são as seguintes:

Nº	LOCAL	VELOCIDADE (MB/S)	ENDEREÇO
1	PREFEITURA MUNICIPAL	100	
2	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	35	
3	SECRETARIA DE SAÚDE	35	
4	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	35	
5	SECRETARIA DE AGRICULTURA	5	
6	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	5	
7	SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	5	
8	CRAS	3	
9	CREAS	3	
10	CONSELHO TUTELAR	3	
11	ALMOXARIADO DA SAÚDE	2	
12	HOSPITAL MATERNIDADE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	8	
13	CASA DOS CONSELHOS	3	
14	CENTRO DIGITAL DE CIDADANIA	10	
15	DELEGACIA DE POLÍCIA	3	
16	BIBLIOTECA MUNICIPAL	5	
17	COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR EDVALDO MACHADO BOAVENTURA	10	
18	COLÉGIO MUNICIPAL AÉCIO NEVES	9	
19	UNIDADE SAÚDE DA	2	



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

	FAMÍLIA – JAPÃO		
20	PSF MOENDA – DISTRITO	2	
21	PSF CORTE DE PEDRA –	2	
21	DISTRITO	2	
22	PSF UMBAUBA – ZONA	2	
22	RURAL	2	
23	PSF IPIRANGA – ZONA	5	
23	RURAL	3	
24	PSF AV. IPIRANGA	2	
25	PSF NOVA ESPERANÇA	2	
26	PSF LOTEAMENTO	2	
27	ALMOXARIFADO	2	
21	MUNICIPAL		

- 15.6. Os custos como transporte, combustível ou outros que incidem na visita aos locais da prestação dos serviços, presentes no município (Zona urbana e rural), correrão exclusivamente pela a Proponente licitante.
- 15.7. A empresa interessada poderá optar pela apresentação uma declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra ou serviço objeto do certame, para atender a realização de vistoria conforme os precedentes constantes dos Acórdãos 800/2008, 890/2008, 1.174/2008, 2.150/2008 e 727/2009, todos do Plenário do Tribunal de Contas da União/TCU. Nesse caso, nada poderá reclamar posteriormente.

XVI. CREDENCIAMENTO

- **161.** O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- **16.2.** O credenciamento far-se-á mediante a apresentação de credencial, preferencialmente, conforme Modelo do **Anexo III**, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- **16.3.** Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar ao pregoeiro a **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação** previstas neste edital, que deverá vir fora dos envelopes, **Anexo IV**, e os envelopes da proposta de preços e dos documentos de habilitação, não sendo mais aceitas novas propostas.
- **16.4.** Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta.



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

XVII. PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"

- **17.1.** A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário identificado como Proposta de Preços, endereçada ao Pregoeiro, com indicação dos elementos constantes dos itens III e VIII deste Edital, além da Razão Social da empresa.
- **17.2.** Estar impressa por processo eletrônico em 1 (uma) via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e preferencialmente rubricada as demais.
- **17.3.** A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, não se admitidas propostas alternativas.
- **17.4.** Apresentar o preço unitário, conforme Proposta de Preços do **Anexo VII**, deste edital, expressos em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais.
- **17.5.** Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- **17.6.** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.
- **17.7.** O prazo de validade comercial da Proposta de Preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta.
- **17.8.** O preço será fixo e irreajustável.

XVIII. HABILITAÇÃO - ENVELOPE B

- **18.1.** As licitantes deverão incluir no Envelope B **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo que poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação, podendo o Pregoeiro, antes da homologação, solicitar o documento original para verificação.
- 18.2. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:
- **18.2.1.** A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação de:
- a) registro comercial, no caso de empresa individual;



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso a alteração social consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado das alterações, se houver, devidamente registrados ou a consolidação respectiva e de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Alvará de funcionamento expedido pelo domicílio sede da licitante.

18.2.2. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ):
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou documento equivalente (Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

18.2.2.1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 81.

18.2.3. A **Qualificação Econômica Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Em-



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

presa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação das propostas;
- **18.2.3.1.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):
- 1 publicados em Diário Oficial; ou
- 2 publicados em jornal de grande circulação; ou
- 3 por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- 1 por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 2 por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- c) sociedade criada no exercício em curso:
- 1 fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- **18.2.3.2.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- **18.2.3.3.** A boa situação financeira será avaliada pelos Índices Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
- SG = ATIVO TOTAL

 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
- LC = <u>ATIVO CIRCULANTE</u>
 PASSIVO CIRCULANTE
- 18.2.3.4. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- **18.2.3.5.** Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- **18.2.3.6.** Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- **18.2.3.7.** Os interessados que, por suas caraterísticas próprias, estiverem legalmente desobrigadas da apresentação de balanço para efeitos fiscais deverão firmar declaração nesse sentido e apresentar a documentação contábil que lhe for pertinente na forma da lei, devidamente assinada por contador responsável.
- **18.2.3.8.** A Microempresa deverá apresentar obrigatoriamente Balanço Patrimonial solicitado na forma prevista neste Edital, não se aceitando declarações emitidas por Contadores em substituição.
- 18.2.4. A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- a) Comprovação de que possui autorização do órgão competente para disponibilizar Serviço Comunicação Multimídia (SCM).
- b) comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- c) Atestado de Vistoria, emitidos pela Prefeitura, através de servidor designado, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Sessão de Abertura das Propostas;
- d) Prova de que a licitante na data de abertura das propostas, possui registro e quitação da empresa perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, conforme legislação e regulamentação própria do CONFEA (Lei nº 5.194, de 24 dezembro 1966), mediante a apresentação de Certidão;
- e) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Licitação.
- f) comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao serviço licitado:
- 18.2.4.1. A comprovação de vínculo profissional será efetuada por meio da apresentação da cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou ainda do contrato de trabalho ou prestação de serviços, neste caso, acompanhada de declaração de anuência deste profissional.

18.2.5. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

a) Declaração do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa conforme o modelo do Anexo V.

XIX. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 19.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço Global.
- **19.2.** A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital;



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- **19.3.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;
- **19.4.** O Pregoeiro selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obterem-se pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subsequentes a de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais.
- **19.5.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.
- **19.6.** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.
- **19.7.** Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

XX. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

- **20.1.** Após a classificação das propostas, o pregoeiro fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente.
- **20.2.** Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor anteriormente registrado. O pregoeiro poderá estabelecer, na fase de lances, um degrau mínimo para ser ofertado pelos licitantes, podendo ser retirado a qualquer tempo, para, desta forma, possibilitar a manutenção das disputas e obtenção da proposta mais vantajosa.
- **20.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 20.4. Em caso de empate, será assegurada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a preferência de Contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:
- 20.4.1. Entendem-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- 20.4.2. O direito a ofertar proposta de preço inferior somente será deferido às licitantes que estejam presentes na sessão e deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- **20.5.** Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **20.6.** Sendo aceitável a oferta, será verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.
- **20.7.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendolhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.
- **20.9.** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.
- **20.10.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem ás condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato.
- 20.11. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática.
- **20.12.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes;

XXI. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- **21.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 21.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 21.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- **21.4.** Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

- **21.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e consequentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- **21.6.** Quando mantida a decisão, será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior.
- **21.7.** A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.
- **21.8.** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 21.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XXII. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **22.1.** Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- **22.2.** Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à proponente vencedora, homologando em seguida o procedimento licitatório.

XXIII. CONTRATAÇÃO

- **23.1**. Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar o termo do contrato e a respectiva Ordem de Serviço, **no prazo de até 05 (cinco) dias**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02.
- **23.2**. As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº. 123/2006, que se sagrarem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- **23.3**. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, definida no art. 81,sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- **23.4.** Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 23.3 Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por:
- a) sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou
- b) procurador com poderes específicos para assinar o contrato.
- 23.4 O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no Anexo II deste Edital.
- **23.5.** A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

XXIV. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **24.1.** O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado, através de crédito em conta corrente, no prazo até o **30º** (trigésimo) dia do mês subsequente a realização dos serviços, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Contratante o serviço executado de acordo com a descrição da Autorização de Serviço.
- **24.2**. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

XXV. REAJUSTAMENTO

25.1. Os Preços ofertados serão fixos e irreajustáveis.

XXVI. DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

- **26.1.** O Objeto licitado deverá ser executado no prazo indicado na Autorização de Serviço.
- 26.2. Deverá a unidade competente proceder ao acompanhamento e fiscalização do serviço executado.

XXVII. SANÇÕES

- **27.1.** A recusa em assinar o contrato, bem como o descumprimento parcial ou total de qualquer das suas cláusulas, sem justificativas aceita pelo órgão ou entidade promotora da licitação, sujeitará o licitante ou o contratado às seguintes sanções previstas nas Leis nº. 10.520/02 e Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo:
- a) advertência;



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- b) declaração de inidoneidade para participar de licitação e impedimento de contratar com a União, com órgãos e entidades do Estado da Bahia e dos demais estados da federação, com o Distrito Federal e Municípios por prazo de até 05(cinco) anos;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data de sua convocação;
- d) multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado:
- e) multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do fornecimento/serviço não executado;
- g) multa de 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento/serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30° (trigésimo).
- **27.2**. A Administração se reserva no direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.
- **27.3**. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

XXVIII. RESCISÃO

- **28.1.** A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas nas Leis nº. 8666/93 e 10.520/02.
- **28.2.** O Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.
- **28.3.** Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

XXIX. REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

29.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

XXX. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **30.1.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- **30.2.** Os encargos de natureza tributária, social e para-fiscal são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- **30.3.** É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.
- **30.4**. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **30.5.** O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.
- **30.6.** No ato da aquisição do Edital o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo e acompanhado dos seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Contrato;

Anexo III - Modelo de Credencial;

Anexo IV – Declaração de Conhecimento e Atendimento as Condições de Habilitação;

Anexo V – Declaração da Inexistência de Menor no quadro da Empresa;

Anexo VI – Declaração de inexistência de servidor publico no quadro de direção da empresa;

Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo VIII - Lista de Ponto de Internet a serem Instalados.

Anexo IX – Modelo de Atestado de Visita Técnica

- **30.7.** O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.
- **30.9.** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.
- **30.10.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Presidente Tancredo Neves, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **30.11**. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial as Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº. 8.666/93.

Presidente Tancredo Neves-BA, 12 de setembro de 2017.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

ANTÔNIO JORGE MACHADO PEREIRA

Pregoeiro



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência nos locais determinado pela Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves – Bahia.

a) Fornecimento e suporte técnico de acesso à rede mundial de computadores - Internet, com velocidade de 300Mb/s dedicado e distribuídos em pontos da sede do município de Presidente Tancredo Neves, a ser definido pela Contratante no ato da assinatura do contrato.

Especificações mínimas dos serviços:

Deverá ser dada garantia de 90% de velocidade dos 300 Mbps, tanto para download como para upload, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, com fornecimento no sistema 24x7 (Vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana).

Deverá ser disponibilizado um bloco de enderecos IP Públicos, com máscara binaria/28.

b) Fornecimento e suporte técnico de uma Rede Privada com velocidade de 100 Mb/s, interligando as sedes de órgãos e prédios públicos municipais abaixo indicados, utilizando-se de VLAN's sobre infraestrutura com fibra ótica.

Localizados na sede do Município de Presidente Tancredo Neves:

1	Prédio Sede da Prefeitura de Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves
2	Sede da Secretaria de Assistencia Social
3	Sede da Secretaria de Educação
4	Sede da Secretaria de Saúde
5	Sede da Secretaria de Infraestrutura (Obras)
6	Sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte

Todos os links de interligação dos pontos deverão operar em sistema de rede privada, operando em total segurança de transferência de dados. A empresa vencedora deverá instalar e manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos externos (fibra ótica, equipamentos e outros) necessários para a boa comunicação entre todos os pontos. Caso seja necessária a instalação de equipamentos em prédios ou terrenos particulares



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

melhor localizados para o perfeito funcionamento da rede, os custos desta despesa ficarão por conta da empresa contratada.

Os equipamentos utilizados para a interligação dos pontos bem como equipamento de conexão com a internet pertencentes à empresa vencedora da licitação poderão ser retirados 30 dias após o término do contrato com o Município, sem direito a nenhuma indenização.

Deverá ser dada garantia de 90% de velocidade dos 100 Mbps, tanto para download como para upload, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, com fornecimento no sistema 24x7 (Vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a contratação com o propósito da Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves, permitir o acesso das secretarias aos diversos serviços disponibilizados através da internet; atividades relacionadas às rotinas inerentes a administração pública municipal disponibilizados pelo TCM-BA; consultas de certidões negativas para efeito de contratações públicas; lançamentos e atualizações do SIGA, entre outros.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os serviços prestados deverão ter as seguintes especificações mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Prestação de serviço de acesso à internet para Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves com velocidade de 220Mb/s dedicado distribu- ídos em vários pontos no município. Também haverá interligação das secretarias e departamentos públicos utilizando fibra ótica com largura de banda de 100Mb/s, conforme condi- ções estabelecidas no Anexo I do Edital, instalados nos locais referidos no Anexo VIII do Edital, ou outro que venha a ser indicado.	MES	12

- 3.2. Tanto a sede da prefeitura quanto suas secretarias serão instalados os equipamentos necessários para o funcionamento da estrutura dos links ponto a ponto, será fornecido pela empresa vencedora do certame.
- 3.3. Em caso de interrupção para manutenção programada a **CONTRATADA** se obriga a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.4. A contratada deverá manter atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de oito às dezoito horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A central deverá ser acionada por meio de ligação local em Presidente Tancredo Neves/BA, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela *internet*. No momento de abertura do chamado deverá ser fornecido ao contratante um número único de identificação do chamado.



$CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

3.5 O tempo máximo para solução de problemas é de 05 (cinco) horas, a contar da abertura do chamado. O tempo máximo permitido de queda do link será de 08 (oito) horas por mês, sem penalidades.

Após o período de 08 (oito) horas, as penalidades serão as seguintes:

- até 09 horas sem conexão no mês: Multa (ou retenção de valores) de 5% do valor mensal do contrato;
- de 09 a 16 horas sem conexão no mês: Multa (ou retenção de valores) de 10% do valor mensal do contrato;
- Acima de 16 horas sem conexão no mês: progressão da multa em 0,62% a mais por hora até o limite de 30%, sujeito na hipótese de reincidência à rescisão contratual.
- 3.6. Os chamados, bem como as providências tomadas, devem ser armazenados em sistema da contratada para controle de chamados. Esse sistema deverá estar disponível ao contratante e ter capacidade de apresentar número do chamado, data e hora de abertura, nome da pessoa que abriu e do técnico alocado, bem como as atividades executadas, data e hora de fechamento do chamado e resolução aplicada. Os chamados somente poderão ser fechados após autorização do contratante.
- 3.7. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pelo Setor de Informática da Prefeitura Municipal ou por servidor designado para esse fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pelo Setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas serão custeadas conforme a seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

UNIDADE: 3300 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA

PROJETO / ATIVIDADE: 2005 – Desenvolvimento das Ações de Administração Geral

2015 - Man e Adm de Pessoal Serv Tec e Enc Ger

FONTE: 00

UNIDADE: 5500 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME

PROJETO / ATIVIDADE: 2015 – Desenvolvimento das Ações da Secretaria de Educação

FONTE: 01

UNIDADE: 6606 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

PROJETO / ATIVIDADE: 2051 – Desenvolvimento das Ações da Secretaria de Saúde

FONTE: 02

UNIDADE: 9900 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL-SEMAS

PROJETO / ATIVIDADE: 2027 – Desenvolvimento das Ações da Secr. De Ação Social



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

FONTE: 020

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.99.00 Outros serviços terceiros Pessoa Jurídica

Para os exercícios futuros as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários destinados ao atendimento de despesas de mesma natureza, extraindo-se a respectiva Nota de Empenho.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

Os serviços solicitados deverão ser entregue no prazo indicado na Autorização de Serviço, não superior a 02 (dois) dias úteis, conforme a necessidade apresentada pela Prefeitura e especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum defeito, deve ser refeito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

O local para a entrega dos serviços será informado em cada Autorização de Serviço.

O acompanhamento da execução dos serviços será feito pela Secretaria Solicitante.

6. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, se iniciando com a sua assinatura, podendo ser prorrogado se ambas as partes estiverem de acordo.

7. DO PREÇO

7.1. O preço considerado para o serviço, objeto desse contrato, será o preço ofertado na Licitação, ou realinhado, após pronunciamento da Autoridade competente.



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

ANEXO II MINUTA DO CONTRATO Nº. ...

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BA, E A EMPRESA......

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência nos locais determinado pela Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves – Bahia, referidos no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº. ***/****,obedecendo às condições oferecidas na Proposta de Preços adjudicada que, independente de transcrição, integra este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade: ***

Projeto/Atividade:*******

Elemento de Despesa:***********

Fonte de Recursos:***



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

Parágrafo Único - Para os exercícios futuros as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários destinados ao atendimento de despesas de mesma natureza, extraindo-se a respectiva Nota de Empenho.

III - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total deste contrato é de R\$(valor por extenso).

- § 1° Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliguem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.
- § 2° O pagamento será efetuado mensalmente, na Tesouraria da Prefeitura ou crédito em conta bancária, até o 30° (trigésimo) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente.
- § 3° Quando houver erro de qualquer natureza na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

IV - CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução será o da empreitada por preço unitário, obedecidas às condições contidas neste Edital e na **Autorização de Serviços**.

Paragrafo único - Deverá a unidade contratante proceder no acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

V - CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que observadas as disposições do art. 57 da Lei 8.666/93.

VI - CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- I executar os serviços de acordo com as especificações técnicas previstas neste edital e em conformidade com o padrão de qualidade estabelecido na legislação pertinente;
- II prestar os serviços nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de funcionamento do órgão da Administração Pública;



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- III promover, por sua conta e risco, o transporte dos materiais necessários a execução do objeto, especialmente o cabeamento;
- IV transportar os materiais conforme determinam as normas técnicas e sanitárias, em perfeitas condições de higiene e de modo que assegure a integridade e a qualidade do serviço contratado;
- V executar os serviços acompanhados da documentação necessária;
- VI cumprir rigorosamente os prazos de entrega pactuados;
- VII providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante;
- VIII garantir a boa qualidade do serviço entregue, respondendo por qualquer imperfeição;
- IX refazer, às suas expensas, o serviço que vier a ser recusado pelo Contratante, no prazo estabelecido neste contrato:
- X manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do contrato.
- XI garantir que todo serviço solicitado seja realizado com celeridade ao CONTRATANTE, no endereço por este indicado:
- XII comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados:
- XIII manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitacão.
- XIV credenciar, junto ao CONTRATANTE, preposto para representá-la sempre que for necessário, prestando os esclarecimentos e atendendo às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;
- XV fornecer aos empregados envolvidos no cumprimento do Contrato todos os Equipamentos de Proteção Individual EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- XVI observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei.

§ 1° - À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

- I todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- II todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, bem como todas as despesas decorrentes da execução, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transporte, vales-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei;
- III todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- IV encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- § 2º A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- § 3° São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- I a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- II a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- III a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe ao Contratante:

- I prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- II solicitar o refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- III solicitar a execução dos serviços constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de autorização de serviço;
- IV notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução do serviço, fixando prazo para sua correção.
- V designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- VI fornecer à CONTRATADA, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por liberar autorizações de servico.
- VII Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, na Imprensa Oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme art.61, §1º da Lei 8.666/93.

VIII - CLÁUSULA OITAVA - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato, sem justificativas aceita pelo órgão ou entidade promotor da licitação, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Lei 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- § 1º A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município de Presidente Tancredo Neves e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- I Multa será de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- II Multa de **0,3% (três décimos por cento)** ao dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do fornecimento/serviço não executado;



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- III Multa de **0,7** % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento/serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30° (trigésimo).
- § 3º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.
- § 4º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

X - CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista na Lei nº. 8.666/93.

O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

XI - DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo na forma do Inciso I do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

XII- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COBRANÇA JUDICIAL

As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

XIII - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Presidente Tancredo Neves - Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

, Ba de 20 i



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

(Contratante)	(Contratada)
TECTEMI INILIA C:	



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017

ANEXO III

CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a)	., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do
Registro de Identidade nº, expedido pela	, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físi-
cas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente	à rua nº como
meu mandatário, para representar esta empresa, com p	oderes para praticar todos os atos necessários, relati-
vos ao Pregão Presencial nº ****, em especial apre	esentar documentos, prestar declarações de qualquer
teor, impugnar, recorrer, apresentar contra razões de rec	
do direito aos mesmos, a que tudo será dado como bom,	firme e valioso.
Local,	Data
(Nome, carimbo e assinatura do re	epresentante legal da empresa).

PRGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa) CNPJ, nº, com sede à,
neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalida-
de, estado civil, profissão e endereço), DECLARA para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei
Federal nº 10.520/02, ter conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das
obrigações objeto da licitação, e ainda:
Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declara:
() Que não possui a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
() Que está enquadrada, na data designada para o início da sessão pública , na condição de microempresa e
que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art . 3º da Lei Complementar nº 123/06.
() Que está enquadrada, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e
que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art . 3º da Lei Complementar nº 123/06.
No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declara:
() para os efeitos do Inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências
de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 7º do mesmo diploma.
() para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa
regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis , cujo termo inicial cor-
responderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da
Administração Pública , cientes de que a não-regularização da documentação , no prazo previsto implicará
decadência do direito à contratação , sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especial-
mente a definida no art. 81 .
Local, Data
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A (nome da empresa)
de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em rabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso): () não emprega menor de dezesseis anos.
() não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
Local, Data
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



 $\label{eq:cnpj} CNPJ-13.~071.~253~/~0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017 ANEXO VI

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

Obs. Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES Comissão Permanente de Licitação

Prezados Senhores

Declaro sob as penas da Lei nº 8.666/93 art. 9 inciso III combinado com os artigos 82, 83, 84 parágrafo 1º, e 85, que nossa empresa não possui nenhum servidor públicos do Município de Presidente Tancredo Neves, em seu quadro de funcional, as funções de Dirigentes, sócios, acionistas, ou qualquer outra que venha infringir as normas da citada lei.

Atenciosamente,

	Local, Data			
-	(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).			



LICITANTE:

CEP:

END. COMERCIAL:

INSC. ESTADUAL:

VALIDADE DA PROPOSTA:

ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves

CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

REPRESENTANTE LEGAL:

UF:

CONTATO:

VALOR TOTAL

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

CNPJ:

FONE/FAX:

DADOS	S BANCARIOS:						
OBJET	DBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet, de acordo						
com as	com as condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência nos locais determinado pela						
Prefeitu	ıra Municipal de Presidente Tancredo Neves – Bahia d	o Pregão	Presencial	n° ****/*****.			
	PROPOSTA DE PRE	ÇOS					
	ACESSO À INTEI	RNET					
TEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V.	V. TOTAL		
				UNITÁRIO	V. IOIAL		
	Prestação de serviço de acesso à internet para						
	Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves						
	com velocidade de 220Mb/s dedicado distribuídos						
	em vários pontos no município.						
l	Também haverá interligação das secretarias e	MES	12				
	departamentos públicos utilizando fibra ótica com	IVILO					
	largura de banda de 100Mb/s, conforme condições						
	estabelecidas no Anexo I do Edital, instalados nos						
	locais referidos no Anexo VIII do Edital, ou outro						
	que venha a ser indicado.						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a prestação objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.078/90 e alterações posteriores de toda a legislação referida, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº ***/2017.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE	



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

LOCAL DATA ASSINATURA

Observações:

1)A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

Anexo VIII - LISTA DE PONTO DE INTERNET A SER INSTALADO

Nº	Local	Velocidade (Mb/s)
1	PREFEITURA MUNICIPAL	100
2	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	35
3	SECRETARIA DE SAÚDE	35
4	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	35
5	SECRETARIA DE AGRICULTURA	5
6	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	5
7	SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	5
8	CRAS	3
9	CREAS	3
10	CONSELHO TUTELAR	3
11	ALMOXARIADO DA SAÚDE	2
12	HOSPITAL MATERNIDADE LUIS EDUARDO	8
12	MAGALHÃES	0
13	CASA DOS CONSELHOS	3
14	CENTRO DIGITAL DE CIDADANIA	10
15	DELEGACIA DE POLÍCIA	3
16	BIBLIOTECA MUNICIPAL	5
17	COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR EDVALDO	10
''	MACHADO BOAVENTURA	10
18	COLÉGIO MUNICIPAL AÉCIO NEVES	9
19	UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA – JAPÃO	2
20	PSF MOENDA – DISTRITO	2
21	PSF CORTE DE PEDRA – DISTRITO	2
22	PSF UMBAUBA – ZONA RURAL	2
23	PSF IPIRANGA – ZONA RURAL	5
24	PSF AV. IPIRANGA	2
25	PSF NOVA ESPERANÇA	2
26	PSF LOTEAMENTO	2
27	ALMOXARIFADO MUNICIPAL	2



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

Anexo IX - ATESTADO DE VISITA TECNICA

Nº	Local	Velocidade (Mb/s)	Data / Hora	Assinatura do Téc- nico em TI da Prefei- tura
1	PREFEITURA MUNICIPAL	100		
2	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	35		
3	SECRETARIA DE SAÚDE	35		
4	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	35		
5	SECRETARIA DE AGRICULTURA	5		
6	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	5		
7	SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	5		
8	CRAS	3		
9	CREAS	3		
10	CONSELHO TUTELAR	3		
11	ALMOXARIADO DA SAÚDE	2		
12	HOSPITAL MATERNIDADE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	8		
13	CASA DOS CONSELHOS	3		
14	CENTRO DIGITAL DE CIDADANIA	10		
15	DELEGACIA DE POLÍCIA	3		
16	BIBLIOTECA MUNICIPAL	5		
17	COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR EDVALDO MACHADO BOAVENTURA	10		
18	COLÉGIO MUNICIPAL AÉCIO NEVES	9		
19	UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA – JAPÃO	2		
20	PSF MOENDA – DISTRITO	2		
21	PSF CORTE DE PEDRA – DISTRITO	2		
22	PSF UMBAUBA – ZONA RURAL	2		
23	PSF IPIRANGA – ZONA RURAL	5		
24	PSF AV. IPIRANGA	2		
25	PSF NOVA ESPERANÇA	2		
26	PSF LOTEAMENTO	2		
27	ALMOXARIFADO MUNICIPAL	2		



 $\label{eq:cnpj} CNPJ-13.~071.~253~/~0001-06$ Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

NOME:		
	CNPJ:	
ENDEREÇO:		
	UF:	
TELEFONE: ()	E-MAIL:	
OBS.:		
Atesto que a empresa realizou	a visita técnica nos locais acima e estar ciente de todas as unidades aonde instalado os pontos de internet.	e será
	de 2017	
	Responsável pelo setor	
	TI – Departamento de Tecnologia da Informação	

Supervisor de Informática